

## SEM 'PADRÃO FIFA'

# Parques da Copa ficam no 0 x 0

Projeto para melhorias pré-Mundial tem só R\$ 1 milhão investido, ou 0,15% dos R\$ 668 milhões anunciados



DOMINGOS PEIXOTO

Serra da Bocaina. Placa quebrada e infraestrutura ruim para atender aos aventureiros

EMANUEL ALENCAR  
emanuel.alencar@oglobo.com.br

O plano era ambicioso: investir R\$ 668 milhões na infraestrutura de 23 parques federais, que passariam a ter melhores condições de receber turistas durante a Copa do Mundo. Passados quatro anos do anúncio pelo governo federal, o programa Parques da Copa virou mera abstração. O Ministério do Turismo, parceiro do Ministério do Meio Ambiente na ideia, só garantiu investimentos de R\$ 10 milhões, mas apenas R\$ 1 milhão foi efetivamente empenhado até agora — sendo metade para o Parque Nacional de Anavilhanas (AM), e a outra metade, para o Parque Nacional de Itatiaia, no Rio. O valor gasto representa tão somente 0,15% do total.

O programa que naufragou vinha sendo encarado pela área ambiental do governo como uma excelente oportunidade para destravar o ecoturismo no país. Os 26 parques federais brasileiros que contabilizam seu público — de um total de 69 — receberam cerca de 6 milhões de visitantes em 2013. Tijuca, no Rio, e Iguaçu, no Paraná, reuniram nada menos do que 80% desse contingente. Uma realidade bastante tímida, se comparada à dinâmica das unidades de conservação de países desenvolvidos. Nos Estados Unidos, os parques receberam 280 milhões de visitantes no ano passado.

## MANIFESTO AMBIENTALISTA

Organizações ambientalistas lançaram no início do mês, na Câmara dos Deputados, um manifesto em defesa do uso público das unidades de conservação. O documento, assinado por entidades como WWF-Brasil e SOS Mata Atlântica, reforça que a visitação nos parques naturais poderia gerar até R\$ 1,8 bilhão por ano até os Jogos Olímpicos do Rio.

— Perdemos uma boa oportunidade de valorizar nosso patrimônio natural — afirmou o vice-presidente da ONG Conservação Internacional no Brasil, André Guimarães. — É uma situação anacrônica, porque o turista, quando vem para o Brasil, tem absoluta convicção de que vai entrar em contato com o meio ambiente. No entanto, o governo não mostra interesse pelas unidades de conservação.

A coordenadora do Programa Mata Atlântica da WWF-Brasil, Anna Carolina Lobo, lamenta que o ecoturismo não esteja na agenda governamental do país.

— O Parques da Copa foi interrompido junto com outros projetos. Não resistiu



MARCELO PIU

Anavilhanas. Pouco investimento no paraíso

## Números

80%

### DO TOTAL INVESTIDO

foram usados em apenas dois parques, Tijuca (Rio) e Iguaçu (Paraná).

6 MILHÕES

### DE VISITANTES

foi o total em 26 parques brasileiros em 2013. Nos EUA, foram 280 milhões.

às mudanças que aconteceram no Ministério do Turismo, um de seus principais financiadores. O turismo ecológico não é uma prioridade dos governos. Tanto é assim que o orçamento anual do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável por todas as 313 unidades de conservação federais, é de apenas R\$ 516 milhões. Temos, em média, um funcionário para 150 mil hectares. O Chile tem um funcionário para cada cada 27 mil hectares. E a Argentina, um para 3 mil — compara Anna Carolina.

Fundador do Instituto EcoBrasil, organização focada no turismo sustentável, Roberto Mourão acompanhou de perto a derrocada do Parques da Copa. Ele coordenou um projeto-piloto cujo objetivo era alavancar o turismo no Parque Nacional



DOMINGOS PEIXOTO

São José do Barreiro (SP). No Parque Nacional da Serra da Bocaina, as estradas são precárias e carecem de sinalização adequada

do Pantanal, na divisa do Mato Grosso com o Mato Grosso do Sul. A ideia era aproveitar o período de reprodução dos peixes para inserir os pescadores da região num programa focado na observação de aves. Quem fosse assistir aos jogos na Arena Pantanal, em Cuiabá, poderia esticar a estada e aproveitar as belezas naturais de um circuito turístico pantaneiro. Um ofício divulgado pela Coordenação Geral de Visitação do ICMBio, em janeiro de 2010, previa aporte de R\$ 9,5 milhões no parque. O dinheiro seria investido na construção de um centro de visitantes, postos de informação e controle e infraestrutura viária.

— Me pagaram R\$ 18 mil pelo desenvolvimento do programa piloto. E foi só. A gente tinha esperança de que alguma parcela dos R\$ 9,5 milhões fosse realmente aplicada. Foi uma ducha de água fria para quem trabalha no parque. Criou-se uma grande expectativa, e não deram um real. Só falta agora inventarem o Parques das Olimpíadas. Que legado é esse? — questiona Roberto.

As áreas verdes federais do Rio também não viram a cor do dinheiro do programa. O Parque Nacional da Tijuca, que espera fechar 2014 com visitação recorde de 3,2 milhões de pessoas — o Cristo Redentor responde historicamente por 80% do contingente —, receberia a maior parcela: R\$ 14 milhões. Os parques da Serra dos Órgãos (R\$ 6,5 milhões), Itatiaia (R\$ 7 milhões) e Serra da Bocaina (R\$ 11 milhões) e a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (R\$ 4,5 milhões) completariam a lista.

### PRAZO, AGORA, É 2020

Em nota, o ICMBio explicou que o nome Parques da Copa era “apenas uma marca” para tentar atrair investimentos para a infraestrutura dos parques. Desde o ano passado, o órgão, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, afirma que tem trabalhado com uma “ideia mais ampla de estruturação dos parques nacionais a médio prazo”. Agora, o prazo para efetuar as melhorias necessárias para que os parques recebam visitantes é 2020. “Para isso, além de recursos orçamentários (inclusive via Ministério do Turismo), contaremos com recursos de projetos internacionais.” ●

NA WEB  
oglobo.com/sociedade  
Estados têm  
dificuldade de coibir  
devastação da Mata Atlântica

## Sem dinheiro, funcionários fazem mutirão e instalam placas no RS

### Falta de investimentos públicos desanima gestores, que apelam para o improviso

RENATO GRANDELLE  
renato.grandelle@oglobo.com.br

Os cânions dos parques nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral, ambos na cidade gaúcha de Cambará do Sul, são de uma beleza incontestável. Mas quem quiser visitar os paredões de até 700 metros de altura também vai contemplar a precariedade das unidades de conservação. Faltam mapas, abrigos e atendentes aos turistas. Uma questão fundamental, a sinalização, foi atenuada, mas não pelo governo. Os funcionários fizeram um “mutirão” e construíram placas de madeira, pintadas com tinta que eles mesmos compraram.

O cenário de abandono das unidades gaúchas não é excepcional. A falta dos investimentos que viriam na esteira da Copa do Mundo desanimou os administradores das unidades de conservação.

— O clima entre os gestores dos parques é de desânimo devido à dificuldade orçamentária — conta o chefe dos parques de Aparados e Serra Geral, Deonir Zimmermann. — Tenho apenas oito funcionários para atender aos visitantes, sendo que ambas as unidades, somadas, ocupam 30 mil hectares. Nosso trabalho é só para quem gosta do assunto, porque a remuneração não é satisfatória, e não há expectativa de melhorias.

Presidente do ICMBio entre 2007 e 2008, João Paulo Capobianco confessa sua tristeza com o destino do programa Parques da Copa.

— Não reconheço qualquer ação importante que sirva como um legado para os parques — lamenta. — Nenhuma unidade recebeu um investimento significativo que supere a situação vexaminosa de abandono.

As falhas, segundo Capobianco, estão na gênese do projeto. Muitas unidades de conservação eleitas para integrar o programa estão longe das cidades-sede da Copa do Mundo — tais parques, então, não receberiam a visita dos turistas que viajarão para assistir aos jogos.

— Não houve uma visão estratégica na escolha das unidades. Com a distância geográfica, é difícil oferecer ao turista um pacote que integre o local dos jogos com a visita aos parques — destaca Capobianco. — O parque da Serra da Bocaina, por exemplo, fica isolado entre Rio e São Paulo. É um exemplo de unidade pouco acessível.

Dos 69 parques nacionais, 50 não têm qualquer controle de acesso. Há, no máximo, uma guarita e um espaço que serve como estacionamento. Em muitos casos, os limites das unidades de conservação ainda não foram aplicados, mesmo décadas depois de seu estabelecimento pela lei.

— São regiões de beleza cênica incomparável e que poderiam gerar alternativas econômicas regionais, mas elas não são vistas assim pelo poder público — resalta o ex-presidente do ICMBio.

Segundo ele, o Brasil investe uma quantia irrisória em unidades de conservação, mesmo se comparado a outros países em desenvolvimento. Em 2010, o governo federal destinava cerca de R\$ 4 para cada hectare de suas regiões protegidas. Na Argentina, por exemplo, eram R\$ 21,37 para mesma área; na Costa Rica, ainda mais: R\$ 32,29. ●